UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

CINTHIA QUARESMA MEDEIROS

OS IMPACTOS QUE O ENSINO REMOTO TROUXE PARA ALUNAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPE QUE PRECISARAM CONCILIAR O CURSO COM A MATERNIDADE

CINTHIA QUARESMA MEDEIROS

OS IMPACTOS QUE O ENSINO REMOTO TROUXE PARA ALUNAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPE QUE PRECISARAM CONCILIAR O CURSO COM A MATERNIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: 26-04-2023

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Mitz Helena de Souza Santos (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Dra. Alice Miriam Happ Botler (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Dra. Rafaela Soares Celestino (Examinador Externo)

Professora substituta da Universidade Federal de Pernambuco

OS IMPACTOS QUE O ENSINO REMOTO TROUXE PARA ALUNAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPE

QUE PRECISARAM CONCILIAR O CURSO COM A MATERNIDADE

CINTHIA QUARESMA MEDEIROS[1]

MITZ HELENA DE SOUZA SANTOS[2]

RESUMO

Essa pesquisa objetivou identificar os impactos causados pelo ensino remoto sobre alunas do curso de Pedagogia da UFPE, que precisaram conciliar as aulas com a maternidade. Discutindo a construção do papel da mulher na sociedade e de como a maternidade é usada como mecanismo de subjetivação, analisou-se vivências da maternidade e suas implicações quando da implantação do ensino remoto emergencial. Sendo uma pesquisa qualitativa, adotamos a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados e através das narrativas, constatamos que esse cenário agravou ainda mais uma realidade já existente de exaustão e dupla jornada para essas alunas-mães.

Palavras-chaves: ensino remoto, maternidade e pandemia

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o primeiro registro confirmado de contaminação pelo novo coronavírus aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2020, enquanto a Europa registrava centenas de casos. O mundo então se deparou com uma pandemia e por sua gravidade e rápida disseminação, instituições governamentais de saúde criaram e mobilizaram planos de prevenção e emergência. Em meados de março de 2020, o Brasil adota o isolamento social e determina quais são os serviços essenciais que serão mantidos para o funcionamento do país[3].

[1] Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. cinthia.quaresma@ufpe.br

[2] Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação – Centro de Educação – UFPE. mitz.santos@ufpe.br

[3] https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil

Nesse contexto, a educação não foi considerada enquanto serviço essencial e precisou ser suspensa. Segundo o MEC, no dia 17 de março de 2020[4], afim equacionar a oferta por ensino ocasionada pela suspensão das aulas - desde a educação infantil até o ensino superior (graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado) - o Brasil se preparou para a volta às aulas sob a forma remota de ensino.

O ensino remoto representou para certa parcela da população, a exemplo dos setores médios da sociedade, a possibilidade de manter a continuidade do processo de escolarização em meio ao isolamento social. Os setores majoritários da população brasileira, entretanto, não foram contemplados de forma minimamente satisfatória nessa modalidade de ensino, sobretudo em se tratando da população das periferias urbanas e das áreas rurais. Isso porque faltaram equipamentos como computador, tablet ou aparelho celular; e, ainda, a falta de acesso total ou parcial a uma internet de qualidade que garantisse seu uso pleno durante as aulas. Além disso, a ausência de uma infraestrutura domiciliar adequada e necessária ao isolamento social e à convivência familiar, dentre tantos outros fatores, contribuíram significativamente no aumento do número de brasileiros que não conseguiram acompanhar as aulas remotas ou alcançar o desempenho exigido durante o processo de ensino-aprendizagem.

Faz-se necessário, ainda, destacar que além dos marcadores sociais como raça, renda, emprego/subemprego/desemprego, as questões de gênero atravessam a população que não conseguiu ser satisfatoriamente contemplada com o ensino remoto, como no caso das mulheres, especialmente a mulher-mãe.

Compreendemos que a maternidade em si não é um problema. A discussão necessária emerge quando analisadas as desigualdades de gênero que são a base de estruturação de uma sociedade patriarcal que impõe às mulheres uma vida precarizada e de sacrifícios, a serviço da família e muitas

[4] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm

vezes como única ou principal responsável pela criação e cuidados dos filhos, levando-as a uma sobrecarga de tempo e de responsabilidades[5].

Sob a influência do prestígio social das universidades, sobretudo das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) a busca por um ensino superior vem como esperança de um futuro socioeconômico melhor. Para as mulheres, sobretudo as mulheres-mães, no entanto, apenas o ingresso não garante sua permanência com qualidade no ensino superior.

Nesse espaço, a mulher-mãe-aluna necessita de toda uma rede de apoio[6] que possibilite o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Em muitos casos elas ocorrem concomitantemente às tarefas domésticas ou não, pois sem uma rede de apoio, qualquer ambiente se torna excludente, seja o profissional, o acadêmico ou o social.

Como apontam Santos, *et al.* (2021) a maternidade no contexto da pandemia, intensificou essa realidade de dificuldades enfrentadas por essas mulheres, fazendo-se necessário unir as demandas acadêmicas e profissionais ao ambiente doméstico. O isolamento social, impôs a permanência contínua das crianças nesse espaço, visto que todas as redes de apoio que essas mulheres tinham, precisaram ser interrompidas, tendo sido produzida uma rotina diária de esgotamento físico e emocional.

Desse modo, a escolha do tema desta pesquisa relaciona-se à minha vivência em conciliar o curso superior com a maternidade durante o ensino remoto, que em meio ao cenário de isolamento, interrompeu a rede de apoio de que dispunha, colocando os filhos dentro de casa 24h por dia e trazendo como responsabilidade individual todos os cuidados domésticos, dos filhos, somadas as demandas enquanto mulher, mãe e aluna.

O presente trabalho, portanto, se justifica pela necessidade de identificar, de um lado, os impactos causados pelo ensino remoto na vida das alunas, mulheres e mães que como eu, trazem consigo a construção do papel da mulher na sociedade, que mesmo com avanços significativos nas lutas por direitos,

---

[5] https://www.brasildefatopb.com.br/2021/09/15/por-uma-maternidade-feminista-e-insubordinada.

[6] Rede de apoio é uma instituição ou grupo de pessoas dispostas e disponíveis para ajudar https://www.ninhosdobrasil.com.br/rede-de-apoio.

ainda carregam a responsabilidade, muitas vezes única dos cuidados da casa e dos filhos e, de outro, pela importância de evidenciar as dificuldades enfrentadas por essas alunas mães, trazendo o debate dessa realidade para todos os espaços. É evidenciando, discutindo, tensionando e compreendendo esse cenário, que se torna possível visibilizar a situação de desigualdade de gênero que afetam milhares de mulheres no mundo todo a fim de traçar caminhos possíveis para que as relações sociais e culturais e os ambientes acadêmicos e profissionais deixem de ser espaços de exclusão do feminino, notadamente para essa categoria de alunas-mulheres-mães e venham a se tornar ambientes inclusivos, nos quais essas mães possam exercer não só o direito de ingresso e permanência, mas também exercer a função de estudantes de forma saudável.

Diante do exposto, os aspectos acima narrados nos levaram a problematizar em torno da seguinte questão de pesquisa: quais os impactos que o ensino remoto trouxe para alunas do Curso de Pedagogia da UFPE que precisaram conciliar as aulas com a maternidade.

2. METODOLOGIA

Para conhecer melhor o objeto de estudo desta pesquisa, foi feito um levantamento da literatura, buscando textos relativos à temática em sites como Scielo e Google Acadêmico, utilizando os descritores “ensino remoto e pandemia”, “ensino remoto e maternidade”, “mulheres e sociedade patriarcal” e “maternidade e ensino superior”. Após análise dos títulos e resumos desses artigos e teses/dissertações, foram selecionadas as produções que mais se aproximam, se diferenciam e se relacionam de algum modo com a pesquisa que ora apresentamos.

Além da pesquisa bibliográfica adotamos como procedimento metodológico entrevistas orientadas a partir de um roteiro semiestruturado de questões, pois, a entrevista semiestruturada

> [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador durante o processo da coleta de informações” (TRIVIÑOS, 1987).

As entrevistas foram realizadas com as alunas mães do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, que precisaram conciliar o curso superior durante o período pandêmico com a maternidade. Objetivou-se através da entrevista identificar os impactos e problemas que de alguma forma impactaram a vida acadêmica dessas mulheres durante esse período, sobretudo durante o ensino-aprendizagem em sua relação com as vivências da maternidade, para posteriormente analisar os dados obtidos e cotejá-los com a produção teórica obtida através da pesquisa bibliográfica.

O convite para participar das entrevistas foi realizado através do Instagram, de contatos por e-mail e Whatsapp, das páginas oficiais da UFPE e do Centro de Educação e, ainda, em perfis particulares no Facebook.

Das voluntárias que concederam entrevistas, num total de (12) doze nos ambientes virtuais acima referidos, apenas 5 (cinco) efetivamente participaram, muito embora as finalidades da pesquisa tivessem sido claramente anunciadas e de termos garantido às entrevistadas que seriam referidas anonimamente no texto da pesquisa, pudemos identificar alguma resistência na concessão das entrevistas, razão pela qual obtivemos 5 (cinco) de 12 (doze) possíveis relatos. Isso não representa um problema quando se trata de uma pesquisa qualitativa, cuja preocupação não está no tamanho de uma amostra, elemento importante quando se trata de uma pesquisa quantitativa.

As entrevistas foram realizadas através do aplicativo GoogleMeet, em uma sala de aula remota disponibilizada pela UFPE, na qual foi solicitada a concordância das participantes quanto à sua gravação, bem como foram enviados por e-mail e WhatsApp os termos de concessão de imagem e áudio adotado por pesquisadores(as) da UFPE (Termo de Participação como Voluntário de Uso de Imagem).

A partir das repostas nas entrevistas, ou seja, dos dados coletados, a análise focou nos principais impactos, positivos ou negativos apresentados pelo ensino remoto.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. AS MULHERES, O CAPITALISMO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Para compreender a vivência e as implicações trazidas com a maternidade, é preciso antes de tudo, entender o papel das mulheres no contexto da sociedade capitalista ou neoliberal e, em particular, no contexto da realidade sociocultural brasileira.

A autora Follador (2009) busca essa compreensão desde o Brasil colônia, que por ter sido colonizado pelos europeus, trouxe também aos homens brasileiros os mesmos conceitos que o ocidente tinha em relação às mulheres, enquanto submissas e subjugadas.

No ocidente, ainda segundo a autora, ao longo do tempo, a mulher exerceu um papel ambíguo, onde em determinado momento tinha sua imagem demonizada por estar associada a Eva, que era símbolo do pecado e ao mesmo momento associada a Virgem Maria, que trazia consigo a imagem da mulher pura. Nasceu nesse momento, a narrativa de um ideal feminino a ser (per)seguido, como forma de redenção das mulheres que herdaram de Eva o pecado original, mas que ao performar os papéis de procriadora, de comportamento obediente e submisso e se mantendo longe do desejo carnal, supostamente conseguiriam se tornar mulheres puras ou isentas de pecado.

A partir daí, o homem cria e impõe dispositivos de controle como forma de garantir supremacia social em relação às mulheres, deixando-as circunscritas ao ambiente doméstico, cujas funções seriam as de cuidar dos filhos, do marido e da casa[7].

A mulher vivia em constante vigilância desde o seu nascimento, sendo controlada pela família no intuito de manter sua pureza, fidelidade e virgindade, até o momento em que se casasse, onde passaria do pátrio poder para ser vigiada e controlada pelo marido.

A ela seria negado qualquer outro espaço que não fosse o do lar, tendo apenas como lazer as festividades da Igreja Católica. Ao homem está destinada função de provedor, o que o legitimava enquanto chefe da família: aquele que

[7] Essa produção discursiva ainda é, em nossos dias, invocada para produzir efeitos de controle sobre os corpos das mulheres, afinal existem mulheres talhadas para o casamento, as mulheres destinadas ao prazer (masculino, claro) e as quase perfeitas, são a bela, recatada e do lar.

trabalhava, estudava e que poderia gozar de todos os espaços públicos. (FOLLADOR, 2009).

Como aponta Ribeiro (2006), num levantamento sobre a educação no Brasil assim como em Portugal, o acesso da mulher a educação formal era visto como heresia, pois ela deveria aprender apenas a cuidar do lar e da família, as que quisessem aprender a ler, precisavam buscar conventos ou instituições da igreja católica.

Com a vinda da família Real para o Brasil, ainda conforme Ribeiro houve uma discreta mudança. Criaram-se algumas academias de ensino superior, mas que eram voltadas apenas para homens nobres, e após a independência, vieram o ensino primário e o secundário e durante o Brasil Império, a mulher pôde ter acesso ao ensino das primeiras letras, mas eram proibidas de ingressar no ensino secundário, pois, esta fase de ensino, estava voltada para preparar o homem para o acesso à educação superior.

Posteriormente, no século XIX, como aponta Follador (2009), as mulheres começaram a lutar por direitos e a tentar igualá-los aos dos homens, porém, o que seria ofertado enquanto instrução seria a leitura, a escrita e a dança, nada que exigisse esforço e reflexão. Ou seja, a mulher era instruída e não educada, sendo-lhe ensinado somente o necessário para o exercício das funções sociais a ela destinadas e somente na segunda metade do século XIX, foi permitido seu acesso ao ensino primário e secundário, onde, através dele, elas poderiam se dedicar ao magistério, que era visto pela sociedade como uma profissão honrada, marcadamente feminina e associada à função de cuidadora.

A partir do século XX, as mulheres conseguiram unir forças para lutar contra esse domínio e controle dos homens[8], desejando participar da economia,

[8] Essa relação de subordinação onde um grupo social (homens) domina e o outro grupo social (mulheres) é dominado, fica conhecido como patriarcado, e através dele se perpetua uma estrutura que submete a mulher ao domínio masculino até hoje.
Embora preceda ao capitalismo, foi através do sistema capitalista que o patriarcado encontrou uma nova forma de se reinventar e de se manter.
Souza (2015), nos mostra que a nascente da indústria capitalista, ao tecer novas relações econômicas que eram necessárias para seu desenvolvimento, tece automaticamente, novas formas de relações pessoais e isso termina afetando diretamente a vida das mulheres. A partir do momento que as indústrias domésticas não supriam mais as necessidades do capitalismo e a industrialização separa o local de produção do local de moradia, que é justamente quando as grandes fábricas substituem as indústrias domésticas, o capital divide ao meio a classe trabalhadora entre homens e mulheres e é nesse momento que o capitalismo conta com a ajuda do patriarcado para se implementar e se perpetuar, pois, sem o patriarcado, seria necessário novas formas de dominação para decidir quem iria para as fábricas, quem ficaria em casa, quem seria responsável pela função de produção e quem seria responsável pela função de reprodução. A partir dessa divisão sexual do trabalho, a função que se torna moralmente mais valorizada é a função de produção, já a função de reprodução destinada às mulheres, se torna uma atividade desvalorizada e não remunerada, o trabalho da mulher

da política e serem reconhecidas como cidadãs livres e iguais. Esse movimento social formado por mulheres que lutavam pela igualdade de direitos e de oportunidades entre os gêneros, denominou-se feminismo, e, através dele, se fez possível mudar esse cenário de privação e isolamento restrito ao espaço doméstico.

Como mostram LINS *et al.* (2016), no final do século XVlll, no período da Revolução Francesa, duas europeias foram de extrema importância para o início do movimento feminista: primeiro a francesa Olympe Gouges (1748-93) trouxe a necessidade de se pensar nos direitos das mulheres. Ela defendia o direito de voto, a liberdade profissional e também o direito de as mulheres possuírem propriedade numa carta escrita em 1791, e foi denunciando e falando sobre mulheres, que ela terminou entrando em confronto direto com os líderes da Revolução Francesa e por conta disso, terminou sendo guilhotinada.

A segunda, em 1792, Mary Wollstonecraft (1759-97) escreveu um livro intitulado “Uma defesa dos direitos da mulher”, no qual defendia o acesso das mulheres à educação como direito e também a igualdade entre os gêneros como forma da sociedade progredir. E, não obstante tantos esforços e sacrifícios, as mulheres britânicas só tiveram direito ao voto em 1918, tendo as mulheres francesas obtido esse direito somente em 1945 após a segunda guerra mundial.

A história do movimento feminista começa a ser produzida a partir do protagonismo de Olympe e Mary. As pautas feministas são na literatura contemporânea analisadas e designadas em três fases ou em três ondas.

A primeira onda feminista, refere-se à luta das mulheres por direitos no período entre o final do século XIX e início do século XX, tendo como principais reinvindicações o direito ao voto, o direito de possuir bens e propriedades, o direito à educação e também a luta pelo fim do casamento arranjado. Conhecido como Sufragismo, esse momento no Brasil, teve como principal protagonista Bertha Lutz (1894-1976), que iniciou a luta pelos direitos das mulheres e que através do contato com os movimentos feministas tanto da Europa como dos

---

continua existindo, mas submissa as atividades do homem a partir do momento que a exclui do sistema de assalariamento, aumentando ainda mais a opressão por conta da dependência econômica criada para as mulheres com os homens.

Estados Unidos, fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922.

A segunda onda Feminista iniciou-se na década de 1960. Nesse momento, por já existir certa igualdade nos direitos entre os gêneros, foi travada uma batalha em relação às condições de vida e de trabalho das mulheres, tendo como principais reivindicações questionar os costumes da sociedade, ou seja, a luta girava em torno da quebra da narrativa da mulher como dona de casa e mãe; a luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres; contra a violência doméstica e a violência sexual; a criminalização do aborto, como também, as limitações em torno da sexualidade feminina[9]. Esse momento teve como principal inspiração as ideias da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), que em seu livro intitulado "O segundo sexo", questionou as visões convencionais existentes na sociedade sobre sexo e gênero, no qual se coloca contra a ideia de que a biologia é o que determina o comportamento de cada pessoa. Essa segunda onda foi marcada por intensos protestos e marchas.

A terceira onda feminista teve início na década de 1990. Esse momento teve como corrente principal de pensamento o pós-estruturalismo, com a construção da teoria queer e tem como percussora a filósofa norte-americana Judith Butler.

A teoria queer é uma forma de combater o processo de normalização dos gêneros, pois, a partir de normatizações ou regulações de gênero[10], são geradas situações de vulnerabilidade e exclusão para as pessoas que não se enquadram no que a sociedade cria e dita como o esperado para o feminino e para o masculino. Na terceira onda, o movimento feminista se une também ao movimento Lgbtqia+, dando visibilidade ao plural e às diferenças que se

[9] Fraser et al, (2019) diz que essa opressão de gênero ocasionada pelas sociedades capitalistas não é acidental, mas sim que o sexismo está entranhado dentro dessa estrutura. O capitalismo visa o lucro, ele não criou a subordinação sofrida pelas mulheres, mas estabeleceu novos formatos para o sexismo, que, visando o lucro, isola as mulheres ao trabalho de reprodução, não as valoriza, nem as remunera, ou seja, o capital não gasta, apenas lucra. Portanto, o sistema capitalista por lucrar com essa opressão de gênero, precisa continuar mantendo e perpetuando essa relação violenta que existe entre os gêneros em nossa sociedade.

[10]. A esse respeito BUTLER (2014, P. 252) pontua que "Uma norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização. Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas nas quais ela está inserida, também pode mostrar-se recalcitrante a quaisquer esforços de descontextualização de sua operação. Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem".

expressam através das várias formas de ser, como também enxerga outras desigualdades através dos marcadores racial, sexual e de classe, destacando assim que existem várias maneiras de ser mulher, como por exemplo: a mulher lésbica, a mulher transexual, a mulher negra, a mulher da periferia, a mulher hétero, dentre outras e, nesse sentido, não existe um ideal de mulher. O gênero é uma construção social, histórica, cultural e, portanto, contingente e performática construída pela linguagem, não existindo a sujeita mulher, mas mulheres, em seus múltiplos modos de ser.

Cabe ressaltar, porém, que mesmo com as reivindicações de diversos direitos e com a conquista de igualdade entre homens e mulheres perante a lei, ainda existem muitos obstáculos que contribuem para a desigualdade de gênero na nossa contemporaneidade, tais como a disparidade de salários entre homens e mulheres e a dupla jornada de trabalho ainda exercida pela mulher, que, além do trabalho profissional, carrega a responsabilidade dos cuidados com a casa e com a família, pois, como bem-visto, as expectativas de gênero, associam como signo de feminilidade o cuidado e o serviço doméstico, fazendo com que as mulheres fiquem como responsáveis pelo lar, enquanto aos homens cabe apenas auxiliar e ajudar nessas tarefas, quando a isso se dispõe.

Dessa maneira, é possível compreender o cenário de dificuldades enfrentadas pelas mulheres, como também, entender que além da dificuldade em ser mulher, outros desdobramentos se apresentam quando da associação do ser mulher e mãe ao mesmo tempo. Cenário esse que supomos foi agudizado durante a pandemia, que agregou às atividades corriqueiramente desempenhadas pelas mulheres, o ser professora no ambiente domiciliar, ao mesmo tempo que como alunas tem de dar conta das exigências do ensino superior.

4. PANDEMIA E ENSINO REMOTO

A pandemia da Covid-19 surgiu no Brasil no início do ano de 2020 e rapidamente se espalhou pelo País, pois, por ser uma doença respiratória com alta taxa de contágio e com a vulnerabilidade social que a sua população possui, facilitou sua disseminação. Nesse contexto, ficou evidenciada a enorme

desigualdade social que assola a população brasileira e como as questões de raça, gênero e classe são fatores contundentes para demarcar essas diferenças.

Com o advento da pandemia, o setor da educação foi fortemente impactado, resultando na paralisação do seu sistema. Para solucionar essa questão foi implantado pelo MEC (Ministério da Educação) o sistema de ensino remoto emergencial (ERE), seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) (BRASIL, 2020). O ERE foi uma solução para amenizar os efeitos imediatos da pandemia sob a educação, porém, o Brasil não estava preparado para essa mudança inesperada, pois a grande parcela de estudantes (em todos os níveis), seja do ensino fundamental ao ensino superior, necessitava de recursos tecnológicos para o acompanhamento das aulas remotas. As redes de ensino do Brasil tanto pública quanto privada, não estavam preparadas para inclusão do sistema de ensino remoto que foi oferecida por intermédio de ambientes virtuais (AVA), pois esse modelo necessita de ferramentas como plataformas para a realização das aulas, a exemplo do Classroom e do GoogleMeet, com o envio de tarefas e trabalhos por intermédio de e-mails ou aplicativos de mensagens ligados a internet[11] .

Mas se o Ensino a Distância (EAD) aparentemente funciona, sobretudo nas redes privadas do ensino, porque o Ensino Remoto Emergencial (ERE) encontrou tantas dificuldades? Para essa compreensão, é necessário pontuar as diferenças existentes entre o ERE e o EAD. A educação à distância conta com um planejamento prévio, treinamento e estruturas adequadas tanto para os alunos, quanto para os professores, ambos adaptados e com condições de ingressar e manter-se no EAD. O ERE, por sua vez, aparece como uma modalidade de ensino remoto no formato temporário e em caráter emergencial para que as atividades escolares não continuassem interrompidas. Contudo, a busca do ERE como solução para aproximar professores e alunos do ensino, revelou não só professores sem preparo para o uso de tecnologias e suportes adequados para esse formato de ensino, como também as desigualdades no acesso a essas tecnologias por parte dos alunos, onde segundo dados do IBGE, em 2017 43,4% dos domicílios possuíam computadores, 13,7% dos domicílios

[11] https://todospelaeducacao.org.br

possuíam tablets e 93,2% dos domicílios possuíam telefones móveis, sendo assim, em 2019, os dispositivos eletrônicos mais disponíveis no ambiente doméstico brasileiro eram os celulares, trazendo para a maioria o acesso ao ERE através desses dispositivos. Ainda avaliando os diferentes impactos acerca da adoção do ensino remoto emergencial, se encontra o acesso à internet, tendo em 2017, 74,9% dos brasileiros com acesso em suas residências. Adicionado a esse cenário, temos também a qualidade da conexão que não assegurava o acesso contínuo de muitos alunos às plataformas virtuais. Portanto, essa desigualdade de acesso a tecnologias adequadas, conexão com internet de qualidade, aprofundaram o abismo na educação brasileira, pois, com ou sem condições de acesso, todos precisaram se submeter a esse modelo de ensino, reforçando ainda mais as desigualdades sociais já existentes[12].

Num cenário de dificuldades para manter as atividades de ensino em dia, vivenciados pelas classes sociais mais baixas, temos também as mulheres, que foram o principal grupo atingido, dada a ideia patriarcal de que o trabalho de cuidar é um ato inato à mulher, e, portanto, sendo dela a obrigação de cuidar da família.

Sendo assim, com a adoção do ensino remoto na pandemia, essas mulheres mães vivenciaram um aumento exponencial das suas atribuições, precisando conciliar trabalho, ensino remoto e o trabalho doméstico, não contando com o apoio de pessoas de fora do seu eixo familiar, visto que se cumpria um distanciamento social que eliminava qualquer contato físico com outras pessoas que frequentemente ocorria antes da pandemia. Segundo Salgado (2019) a múltipla jornada que foi direcionada às mães para guiar e administrar o dia a dia, produzia sobre elas o sentimento ou a exigência de “serem perfeitas” em todos os trabalhos diários, o que se tornava impossível dada a sobrecarga e exaustão que essas tarefas geravam.

Desse modo, a sociedade aceita em partes a independência financeira e profissional da mulher, ou seja, ela pode trabalhar e estudar, contanto que não deixe de lado o compromisso de ser mãe, o que contribui para o acúmulo de

[12] https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/desigualdade-social-e-tecnologia-o-ensino-remoto-serve-para-quem/

tarefas e uma jornada diária cansativa, que conduzem essas mães alunas a uma vulnerabilidade física, psicológica e sobretudo a uma sobrecarga materna.

> "Nessa perspectiva, é importante considerar que a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos, já que persiste a tradicional divisão sexual do trabalho. Desse modo, a mulher-mãe-pesquisadora, se depara com uma jornada excessiva, na qual precisa dar conta das exigências da vida acadêmica e das responsabilidades familiares" (SILVA; RIBEIRO,2014, P.460)

A esse cenário, adiciona-se outro aspecto referente à restrição do ensino remoto, que seria o da exclusão de um ambiente de interações sociais, que são vitais para a saúde mental e física, resultando no aparecimento de disfunções cognitivas e emocionais, como o estresse, ansiedade, esgotamento físico, irritação e depressão, muitas vezes associados à violência doméstica.

Segundo Macedo (2020), as atividades domésticas e os cuidados com os filhos, são colocados pela sociedade como funções próprias da mulher, o que contribui para esse acúmulo de atribuições que caracteriza a mãe como um ser multitarefas.

Com isso percebe-se a desigualdade de gênero, onde, de forma naturalizada, a sociedade estabelece e define que é à mulher, a quem cabe todo o trabalho de manter a casa, cuidado e educação dos filhos, não possuindo tempo nem para cuidar de si mesma ou até mesmo de ter momentos de lazer, aceitando o estigma de que devem se submeter às regras da sociedade patriarcal, que oprime e adoece essas mulheres no cotidiano comum e agora de forma mais contundente, no contexto pandêmico (PORTO, 2008).

5. VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE COM O ENSINO SUPERIOR

Tendo em vista a realidade da mulher no contexto social, notadamente no caso da realidade brasileira, compreende-se os desafios enfrentados quando esse público ingressa no ensino superior, e principalmente, é possível compreender como a realidade da pandemia, o isolamento e encerramento das redes de apoio, contribuíram para o agravamento de todas as dificuldades encontradas por essas mulheres mães, que viveram esse período de ensino remoto. Porém, mesmo antes da pandemia da covid 19, é importante observar

o ambiente acadêmico e se perguntar: será que apenas ingressar nesse espaço garante a permanência e o sucesso dessas alunas? O que se faz necessário para que mães universitárias consigam levar adiante seus estudos?

A partir dessas perguntas, conseguimos observar e perceber que é preciso a existência de uma rede de apoio, bem como de políticas públicas e programas institucionais que abarquem essas demandas.

No Brasil, a lei Federal de n°. 6. 202, de 17 de abril de 1975, regulamenta o afastamento da aluna gestante a partir do 8° mês de gestação e por três meses após o parto, onde será assistida através de exercícios, aulas, avaliações ou qualquer atividade acadêmica, no âmbito domiciliar[13] .

Como essa pesquisa analisa as relações entre maternidade e ensino remoto na Universidade Federal de Pernambuco, buscou-se informações diretamente ligadas a esse órgão, que mostrou como possibilidade o Centro de Educação Municipal Infantil (CMEI) Professor Paulo Rosas, inaugurado em 2007, através de parceria entre a instituição de ensino e a prefeitura do Recife, que reserva uma quantidade de vagas para alunas e servidoras da UFPE (PROGEPE)[14].

Além de um quantitativo de vagas na creche dentro da Universidade, pode-se contar com o auxílio creche, como bem informa o PROAES, que tornou pública a portaria n° 02/2021, que estabelece normas e critérios para alunas que desejam solicitar esse benefício. Estabelecendo como condições para o acesso, ser aluna bolsista da assistência estudantil e ter filhos na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses, disponibilizando o valor de 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Conforme Vieira *et, al.* (2019), as alunas que se tornam mães durante a graduação, estão mais suscetíveis a evasão do curso. Seja pela falta de apoio social ou pela ausência de políticas públicas/programas institucionais, onde, nem todas as universidades vão dispor de uma creche dentro de seu espaço e, quando dispõem, a quantidade de vagas ofertadas não consegue abranger

[13] http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12946-aluna-gestante

[14] https://www.ufpe.br/proaes/assistencia-estudantil

totalmente esse público. Enquanto isso, vale ressaltar também o baixo valor ofertado pelo auxílio creche, onde, caso essa mãe não consiga uma vaga na creche dentro da instituição ou em outra creche estadual ou municipal próxima a sua residência, por ser muito baixo, esse valor não chega nem a metade do valor de creches particulares.

Esse cenário para conciliar o curso e a maternidade, geram nas mães sentimentos como desmotivação, estresse, impotência, cobrança e culpa, possivelmente resultando muitas vezes no abandono desse espaço, que mesmo trazendo essas estratégias legais de apoio, não conseguem garantir seu acesso[15].

6. NARRATIVAS E ANÁLISE

A partir da adoção dos critérios de escolha das mulheres entrevistadas, conforme explicitado na metodologia deste trabalho, levantamos dados relativos à faixa etária, número e idade dos filho(s)/filha(s), bem como a situação sócio econômica, especificamente com relação à renda mensal e ao estado civil delas.

A faixa etária das 5 entrevistadas variou entre 24 e 37 anos de idade, assim como também variou de 1 a 3 o número de filho(s)/filha(s).

Em sua maioria os filhos tinham idades entre 2 e 5 anos sendo que uma das entrevistadas tem 2 filhos de 6 a 10 anos e apenas uma tem 1 filho e 2 enteados, ambos adolescentes, com 14 à 16 anos de idade.

A renda mensal informada pelas entrevistadas é de mais de 1 salário mínimo, exceto a entrevistada de número 2, que declarou ser menos de R$500,00 a renda mensal percebida.

As entrevistadas declararam viver em regime de união estável ou estarem civilmente casadas, à exceção da entrevistada de número 2 que se declarou solteira e a de número 5, que estava casada durante a pandemia mas que atualmente está em processo de divórcio.

[15] Consultamos a Direção do Centro de Educação acerca do acesso a dados sobre desistência e permanência das alunas-mães e fomos informadas que é necessário fazer uma pesquisa abordando essa temática. Isso nos causou se não surpresa, um desconforto em saber que num Curso predominantemente feminino, não há estudos ou dados institucionais sobre os problemas enfrentados por mulheres quando da realização do Curso de Pedagogia.

As questões da entrevista abordaram, além dos aspectos anteriormente citados, as seguintes temáticas:

1. DISTRIBUIÇÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS E CUIDADOS COM OS FILHOS;
2. ACESSO A REDE(S) DE APOIO
3. PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DA UFPE DE ASSISTÊNCIA À ALUNAS-MÃES
4. AVALIAÇÃO DO ENSINO REMOTO, FACILIDADES E DIFICULDADES e
5. SE A MATERNIDADE AFETOU O DESEMPENHO ACADÊMICO DURANTE O ERE.

Quando perguntadas sobre a responsabilidade em torno das tarefas domésticas e o cuidado com as crianças, apenas a entrevistada 3 relatou dividir com o marido, tanto os afazeres domésticos quanto os cuidados com os seus dois filhos.

A entrevistada de número 4 relatou ser a responsável pelos cuidados para com o filho e ainda dois enteados adolescentes, com os quais, segundo ela, divide as tarefas domésticas.

As entrevistadas de números 1, 2 e 5, relataram ser as responsáveis por ambas as atividades. Quando abordamos sobre a distribuição dos afazeres domésticos e dos cuidados com o(s) filho(s), pudemos observar um certo desconforto/constrangimento na narrativa da entrevistada 1, que durante um tempo breve mas significativo manteve-se em silêncio, para posteriormente tomar a palavra, respondendo: "Eu... não..., é aquele rolê... Ele ajuda, quando dá, mas basicamente sou eu".

Já a entrevistada de número 5 respondeu à mesma questão em um tom de voz e com expressões faciais que revelaram talvez um certo aborrecimento ou desapontamento: "Só eu, eu estudava e cuidava da casa e dele e fazia tudo só!" e encerra sua fala com um riso de constrangimento.

Numa sociedade fortemente marcada pelo machismo, base das desigualdades nas relações de gênero decorrentes do patriarcado, a sobrecarga de afazeres sobre as mulheres é uma marca histórica que perdura até o presente.

Segundo Valença (2015, P.4) dados do IBGE relativos ao ano de 2008 e publicados em 2009, mostram essa desigualdade na hora da distribuição das

tarefas domésticas, onde 86% das mulheres estão como responsáveis por esses trabalhos; para 45% dos homens, essas mulheres dedicam cerca de 24 horas por semana com essas tarefas, já os homens ficam na média de 9,7 horas.

São dados que demonstram como o processo de organização da vida social, ainda conforme pondera Valença (2015), desconsidera os processos de subjetivação da mãe, que ainda carrega majoritariamente a responsabilidade sobre o bem-estar das crianças, como também pela dinâmica da organização do lar, e que não foram reduzidas mesmo com a crescente participação dessas mulheres no mercado de trabalho. Isso significa dizer que as mulheres além da maternidade, tem de dar conta de inúmeras outras ocupações, inclusive as de ordem profissional e acadêmica, o que representa uma sobrecarga de trabalho, cujos efeitos, nem sempre positivos, são os mais variados.

Quando indagadas se antes da pandemia contavam com alguma rede de apoio e como funcionava, as entrevistadas 1, 2 e 3 afirmaram contar com algum apoio e que suas redes eram formadas por seus próprios familiares (avós maternos e paternos). A entrevistada 4 afirmou nunca ter tido qualquer tipo de apoio e a entrevistada 5 relata que não pôde contar com essa ajuda/apoio por conta do isolamento imposto pela própria pandemia.

Durante o período de isolamento, apenas as entrevistas 2 e 3 continuaram contando com sua rede de apoio, a entrevistada 2 por morar numa casa construída no mesmo terreno do domicílio materno e a entrevistada 3 por ter ficado isolada na mesma residência de sua mãe, ao lado do marido e dos filhos e, por conta disso, puderam ter ajuda diariamente. Quanto a entrevistada 1, que contava com ajuda da mãe e do padrasto, teve essa rede cessada por conta do distanciamento social e completou dizendo: ...o meu marido ele não parou de trabalhar, porque o trabalho que ele exerce foi considerado trabalho essencial, e aí era eu o dia inteiro, pra fazer toda a tarefa doméstica, materna e ensino remoto e trabalho remoto, tudo.

Nesse cenário, pode-se perceber o aumento da sobrecarga diária de trabalho sobre essas mulheres contexto no qual, em muitos casos, ocorreu a interrupção da ajuda que elas tinham ou que poderiam vir a ter.

Esse é o caso da entrevistada 5, que teve o nascimento do filho durante a pandemia e nesse período inicial que requer muito cuidado não só com o recém-nascido, mas também com a mãe, tinha familiares dispostos que

poderiam auxiliar mas que por conta do distanciamento social, não puderam fazê-lo. Disse ela com elevado tom de voz: ...não tive apoio, só psicológico da minha família A DISTÂNCIA, eles não podiam fazer muita coisa.

Em relação aos Programas de Assistência da UFPE destinados à prestação de apoio às alunas-mães, quando perguntadas se tinham conhecimento de algum deles, as entrevistadas 1 e 2 disseram ter utilizado a licença maternidade, o que revela o desconhecimento de que isso não se refere a qualquer Programa Institucional, visto ser um direito Constitucional[16]. O que existe institucionalmente é o acompanhamento especial para casos, inclusive para mulheres que pariram filho(s) quando no exercício das atividades acadêmicas.

Quando perguntadas sobre o auxílio creche, somente as entrevistadas 2 e 4 disseram ter conhecimento de sua existência, sendo que a entrevistada 2 informou não ter tentado obtê-lo por não ser bolsista e ter ouvido falar que tinha muita burocracia para conseguir ter acesso ao benefício e a entrevistada 4 relata que tinha conhecimento por conta do irmão que tinha tido acesso a essa informação. Já as entrevistadas 1, 3 e 5 disseram não ter conhecimento, e a entrevistada 3 afirma: "Rapaz... eu nunca ouvi falar".

Em relação ao programa que disponibiliza vagas para alunas e servidores da UFPE na creche CMEI Paulo Rosas localizada dentro da Universidade, todas responderam ter conhecimento de sua existência, com exceção da entrevistada 4 que disse: "eu tentei fazer estágio lá, mas eu não tive muito, muito acesso né, a essas informações não…". Já as entrevistadas 1, 3 e 5, relataram ter conhecimento, mas não terem tentado por conta dos comentários sobre a dificuldade para conseguir uma vaga. Sobre isso elas relataram o seguinte:

Entrevistada 1:

> Eu nunca tentei colocar ela lá, porque eu sempre soube que era muito difícil.

Entrevistada 3:

[16] O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos para fixar que a **licença-maternidade** começa a contar a partir da alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido -- o que ocorrer por último. Isso vale para internações longas, acima do período de duas semanas.
https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/29/licenca-maternidade-comeca-a-contar-a-partir-da-alta-hospitalar-da-mae-ou-do-bebe-entenda.ghtml consultado em 24/03/2023.

É uma burocracia danada pra conseguir vaga, nunca tentei não, eu ouvi as outras colegas que também tinham filhos e que diziam que tinha certa dificuldade e tudo mais.

Entrevistada 5*:*

Conhecimento eu tenho né, eu só não tive acesso, porque por exemplo, eu procurei saber da creche Paulo Rosas e as vagas pra conseguir é uma corrida né, quase impossível, e aí eu nunca tive acesso.

Conforme se pode perceber através dos relatos, a dificuldade para se conseguir uma vaga é tão grande que se criou uma rede de informações paralela a cerca desse acesso, resultando com que essas 3 entrevistadas, mesmo tendo o conhecimento desse programa, não chegassem nem a tentar, exceto pela entrevistada 2 que disse:

> A questão da vaga do CMEI Paulo Rosas eu tentei mas eu não fui contemplada porque o número de vagas destinadas é pouca… O sorteio eu acho que só tinha uma, ou foi duas vagas, acho que era uma vaga que tinha só, e o quantitativo de inscritos era imenso.

Essa realidade de dificuldade ao acesso e divulgação desses programas existentes para assistência a essas alunas-mães, levanta o questionamento acerca da abrangência dos mesmos, como também na falta de um olhar institucional sobre as mulheres, suas questões e demandas, pois, mesmo o curso de Pedagogia sendo ainda majoritariamente feminino, durante a realização dessa pesquisa, buscou-se fazer um levantamento na coordenação do Curso sobre quantas mulheres estavam matriculadas e quantas solicitaram o acesso a cada um desses programas e foi informado que não existiam esses dados. Então, como a instituição consegue garantir a implantação e acesso dessas assistências se não se sabe qual o público que demanda por esses serviços? Tudo isso traz uma possível realidade de muito mais mulheres nessas instituições do quê de espaços de acolhimento.

E como dito anteriormente por Follador (2009), até a metade do século XIX, o espaço reservado para as mulheres era o espaço doméstico, as escolas e universidades eram criadas e voltadas por e para os homens.

Ou seja, mesmo após dois séculos, esse cenário em torno dos programas de assistências às mulheres e seus respectivos acessos, nos fazem pensar como esses espaços institucionais mantém a tradição de serem espaços voltados para homens.

Quando perguntadas sobre quais atividades desenvolveram durante o isolamento, as entrevistadas evidenciam mais uma vez a realidade de sobrecarga vivida por elas que se acentuou durante a pandemia:

Entrevistada 1:

> É, todo o serviço doméstico mais o meu trabalho remoto, que eu trabalho como assistente administrativa e apoio educacional… mais o ensino remoto da UFPE, que era no período da noite, que aí era o único período que o pai da minha filha tava em casa, que eu conseguia relativamente ter um pouco de tempo pra conseguir prestar atenção na aula…

Entrevistada 2:

Além de estudar, cuidar de Sofia, cuidas das coisas de casa, é basicamente isso...

Entrevistada 3:

> Assisti as aulas remotas e tinha também as questões das terapias da minha filha… ela faz terapia continuamente, fono, fisioterapia, terapia ocupacional, psicólogo, aí eu me revezava nisso, entre levar ela pra terapia e assistir as aulas e resolver problema em casa.

Entrevistada 4:

...eu fiquei somente estudando…

Entrevistada 5:

Eu era mãe em tempo integral, cozinheira, faxineira, tudo né, eu fazia absolutamente tudo só.

Em relação a como as entrevistadas avaliavam o ensino remoto durante a pandemia e se sentiram alguma facilidade ou dificuldade durante esse processo, foi notado em como a falta de um espaço próprio para esse ensino, a falta de estrutura e equipamentos adequados, prejudicou num melhor aproveitamento e que conciliar tudo isso juntamente com o ambiente doméstico e a presença dos filhos, reforçou ainda mais essa defasagem no aprendizado, sendo destacado por algumas delas a facilidade de poder se manter em casa cuidando dos filhos enquanto assistiam às aulas e dificuldades justamente por precisarem exercer a função de mãe durante esse processo:

Entrevistada 1:

Suficiente, não foi bom…

Entrevistada 2:

> Foi bom. Eu consegui me adaptar bem. Eu sei que algumas pessoas não conseguiram… eh, as vezes quando Sofia tava acordada, porque eu paguei umas cadeiras à noite, então as vezes ela tava acordada e isso dificultava porque ela queria ficar no computador, queria ficar em cima de mim, mas eu consegui…

Entrevistada 3:

> ...assim, pra mim foi bom no sentido de que eu podia estar mais perto dos meninos. Não tinha o desgaste de ônibus, aquela coisa toda. Mas no sentido de aprendizado, eh, foi muito exaustivo porque exige muito mais de você e por exemplo, aqui em casa eu não tenho um lugar pra estudar… quando a gente ia pro presencial a gente tinha um espaço, o espaço ali do D.A com computador, tem o espaço da biblioteca… você junta um, dois colegas… fica mais fácil, responder as coisas do texto… e aí por eu não ter essa estrutura também… ficava assim, era eu assistindo a aula aqui com os meninos do lado assistindo filme na televisão, com Laura arengando comigo, puxando o cabelo e do nada minha câmera se abria, todo mundo via… então eu tinha que me encaixar entre ver uma aula e fazer um feijão, uma aula e dar banho em Laura pra levar Laura na terapia… e além das minhas aulas tinha que dar conta das aulas deles e como eram muito pequenininhos, eles não tinham autonomia pra entrar no computador… e aí era aquele estresse mental sabe?.

Entrevistada 4:

Eu confesso que tive um pouco de dificuldade, porque tem internet que, que não pegava, eh, todo material que não chegava…

Entrevistada 5:

> ...eu não sinto que eu aprendi como deveria aprender, né… Eu acho que a grande vantagem que a gente teve né, uma sorte eu digo, foi que eu pude ficar em casa, com meu filho bebê, coisa que eu não poderia fazer facilmente se não fosse a pandemia, mas né, é uma faca de dois gumes, também atrapalhou muito né, porque é uma criança no colo chorando, obviamente prejudica o aprendizado, mas pude ficar em casa e acompanhei minha turma sem muito prejuízo.

Para finalizar a entrevista, as alunas foram perguntadas se o fato de ser mãe interferiu de alguma forma nesse processo de aprendizagem no ensino remoto e todas confirmaram que sim, atestando que conciliar o ensino de forma remota com as responsabilidades dos cuidados com os filhos e dos afazeres domésticos que continuam sendo carregados em maioria pelas mulheres, comprometeu esse processo e aproveitamento do curso, que destacamos nas seguintes respostas:

Entrevistada 3:

...principalmente pra quem é mãe, foi muito exaustivo, muito exaustivo, porque a gente não para…

Entrevistada 5:

> Sim, com certeza, 99% das aulas eu assisti com Luiz no colo né, os trabalhos

> eu fazia enquanto ele dormia, então foi bem difícil na verdade, muito difícil, fora as, as demais demandas né, tinha ele, então sim, ficou muito, muito pesado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos trabalhados nesta pesquisa nos possibilitou analisar a realidade do ensino remoto e as dificuldades encontradas por grande parte da população brasileira durante sua implementação, bem como ausência de acesso a equipamentos tecnológicos, acesso precário à internet de qualidade, ausência de estrutura domiciliar e familiar, onde, dispondo ou não dessas condições, todos tiveram que participar desse formato de ensino.

Mostra também, a construção do papel e da imagem da mulher numa sociedade patriarcal, que mesmo atualmente existindo a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações perante a lei, produz e perpetua a mulher enquanto sujeito subjugado e usa a maternidade como uma das várias ferramentas para subjetivação da mulher-mãe, que carrega até hoje, a responsabilidade de cuidar da casa, dos filhos e do marido.

No contexto da pandemia da covid-19 e do isolamento imposto por ela, essa realidade de dificuldades enfrentadas pelas mulheres se acentuou. O ensino remoto emergencial fez com que essas alunas-mães realizassem sua vida acadêmica dentro de casa com os filhos, que por sua vez, também ficaram sem acesso presencial à escola ou à creche, bem como interrompeu a rede de apoio que essas alunas pudessem contar.

Essa pesquisa pretendeu identificar e evidenciar os impactos causados pelo ensino remoto para essas alunas-mães do curso de pedagogia da UFPE, que através das narrativas das entrevistadas, constatou como impacto positivo, a não necessidade do deslocamento diário até a universidade e o fato de poder desenvolver suas atividades acadêmicas dentro do ambiente doméstico (visto que algumas das entrevistadas não contavam com nenhuma rede de apoio). E teve como impacto negativo, a ausência de um ambiente próprio para os estudos, numa rotina de 24h atreladas aos filhos, trazendo várias consequências como: sobrecarga de tempo, de responsabilidades e múltipla jornada; exaustão física e psicológica; estresse; baixo desempenho acadêmico; impotência; culpa e cobrança.

Constatou também, a necessidade da problematização da existência de políticas públicas e de programas institucionais, que consigam abarcar e garantir o acesso e permanência dessas alunas de forma inclusiva nas Universidades e demais espaços sociais, não colocando a maternidade enquanto obstáculo ao exercício das atividades acima citadas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZA, Cinzia; Bhattacharya, Thithi; Fraser, Nancy. Feminismo para os 99%: Um Manifesto. São Paulo, **Boitempo**, 2019, p. 11-22.

BERNARDO SILVA SANTOS, J.; SANTIAGO, E.; RODRIGUES LOPES, E.; MERIGHI, C.; GODOY DUARTE, A. G..; SILVA CYRINO, C. M. A vivência da maternidade em meio à pandemia. **Global Academic Nursing Journal**, *[S. l.]*, v. 2, n. Spe.1, p. e95, 2021. DOI: 10.5935/2675-5602.20200095. Disponível em: https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/175. Acesso em: 28 set. 2022.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos pagu** (42), janeiro-junho de 2014:249-274.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato & versões**, v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.

LINS, Beatriz Accioly. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola / Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. --1ª ed. – São Paulo: Editora **Reviravolta**, 2016.

NIELS, K. M. L.; SALES , R. DE C. M.; PEREIRA, G. M.; CURANISHI, F. T. S. Ensino remoto emergencial: as dificuldades na perspectiva de mães e mães-professoras. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, p. e14[2022], 4 abr. 2022.

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 282 - 308, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.12467

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. **HISTEDBR, Navegando na história da educação brasileira**, 2006.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E A SOBRECARGA DA MULHER-MÃE NA PANDEMIA. **Revista Feminismos**, *[S. l.]*, v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114. Acesso em: 20 ago. 2022.

SOUZA, Daniele. Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, v. 13, n. 25, p. 532-552, 2019.

SOUZA, T. M. dos S. (2016). Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, 15(30), 475–494.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: **Atlas**, 1987.

VALENÇA, Alves, K. M. da C. (2015). A subjetivação da mãe naturalista como modelo: a maternidade como efeito das pedagogias culturais. **Revista Periódicus**, 1(2), 97–110. Disponível em: https://doi.org/10.9771/peri.v1i2.12880. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2023.

VIEIRA, Ailane Costa; DE SOUZA, Priscilla Bellard Mendes; DA PAIXÃO ROCHA, Danielle Souza. Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, v. 13, n. 25, p. 532-552, 2019.

BLOG UNICAMP. Covid 19. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/desigualdade-social-e-tecnologia-o-ensino-remoto-serve-para-quem/. Acessado em: 5 de Março de 2023.

BRASIL DE FATO. Por uma maternidade feminista e insubordinada. Disponível em: https://www.brasildefatopb.com.br/2021/09/15/por-uma-maternidade-feminista-e-insubordinada. Acessado em: 06 de Agosto de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PRT&numero=343&ano=2020&ato=6f5UTVE5EMZpWT599. Acessado em: 9 de Setembro de 2022.

PORTAL MEC. Aluna gestante. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12946-aluna-gestante. Acessado em: 10 de Setembro de 2022.

PROAS. Assistência estudantil. Disponível em: https://www.ufpe.br/proaes/assistencia-estudantil. Acessado em: 9 de Setembro de 2022.

SANAR MEDICINA. Linha do tempo do coronavírus no Brasil. Disponível em: https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil. Acessado em: 8 de Agosto de 2022.

UFPE. CMEI Paulo Rosas. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38962/2378484/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+CMEI+Paulo+Rosas.pdf/f21fd766-caf9-41d4-8607-9bdfa0ac2ff4. Acessado em: 9 de setembro de 2022.